

## A Percepção da Realidade Africana do Brasil

*Nélson de Araújo*

Décadas finais do século XIX, início do século XX: no Brasil, crise de percepção da realidade nacional; crise de identidade, ou de auto-identificação, se se preferir. Bem recente a independência política, lançava-se pela primeira vez um olhar de indagação sobre o que era o povo brasileiro e o que significava a sua cultura própria. Primeiros quartéis de autonomia, marcados por turbulências de ajustamento regional; o cadinho brasileiro entrava em ebulição no Norte, Nordeste, Centro, Sul, por toda a parte, alquimia de unidade que ainda causa espanto a quem a esquadrinha. No plano intelectual, todavia, o ideário e a mitologia dominantes, — românticos por persistência —, serviam-se de “desenhos” extraídos do já remoto Nativismo, muitas vezes de coloração fantástica, como a figura do indígena, traçada com insignificante apreço à verdade etnográfica, para preenchimento de um universo em disponibilidade de definição. Onde e qual a realidade do povo brasileiro, nunca perquirida seriamente nos séculos da Colônia, salvo em tentativas isoladas de história administrativa? Qual o perfil do homem que, debaixo das elites europeizadas e eurocentristas, vinha sendo convocado — por vezes literalmente arrastado — a sustentar o país nas crises bélicas? Perguntas que se faziam pela primeira vez e cujas respostas demandavam uma prospecção não começada. Era natural, por

O presente artigo foi escrito a pedido da revista portuguesa *Nova Renascença* e publicado no nº 1 desse periódico (Porto, outono de 1980, pp. 89-97), sendo depois publicado, em versão castelhana, em *La Nación*, de Buenos Aires, edição de 10-17-24.3.81

consequente, que não escapassem à crise de percepção os mais aguçados espíritos da época, como Silvío Romero e Euclides da Cunha, estando eles próprios nas raízes dela, ao tentarem romper reais e poderosas barreiras de entendimento, muros à percepção no sentido exato. Uma aventura no desconhecido étnico e cultural, como foram na intimidade com o meio natural as observações físicas dos naturalistas-viajantes. Quando algumas das melhores inteligências do tempo partiram para a aventura, foi-lhes mais fácil arremessar fora a ideologia romântica, já sobrenadante, do que selecionar um instrumental científico apropriado à compreensão de uma matéria social complexa e praticamente intacta. A escolha recaiu sobre as nuances de Positivismo que a Europa tinha a despachar via Paris, Lisboa e outros portos, juntando-se-lhes Lombroso, Tarde, Le Bon, Ferri, Gobineau e outros. De sorte que, na mole de descobertas que trouxeram à luz, é forçoso, hoje em dia, "dar o desconto" das distorções interpretativas a que nenhuma delas escapou. Impressionante sacrifício, sobretudo de capacidade operativa, que avulta ao simples exame corrente das obras dos citados autores e de companheiros não menos notáveis, como Nina Rodrigues, sobre quem falaremos mais demoradamente neste artigo, por ser dos que mais nos interessam ao assunto; e dos que, porventura, mais duramente sofreram o ônus da inadequação dos sistemas de idéias em curso.

Silvío Romero (1851-1914) produziu obra voltada para uma variedade de temas, toda ela de extraordinária coerência no propósito da captação da realidade brasileira. A história literária (*História da Literatura Brasileira*, publ. 1888) foi um dos seus caminhos, a Etnografia, outro. Levou a termo considerável coleta de campo de material folclórico (*Contos Populares do Brasil*, *Contos Populares do Brasil*, publs. 1883, 1885), certamente a primeira de vulto a ser feita. Das suas reflexões sobre as manchas culturais brasileiras, resultou uma série de proposições, não sendo a de menor relevo a tentativa de estabelecimento daquilo que depois se chamariam "regiões culturais", para Silvío "zonas", chave para o entendimento do conjunto nacional de cultura, senão de algumas das causas da unidade do Brasil como nação. Não há, com efeito, como reduzir a síntese, nos limites de que dispomos, o que se deve a Silvío Romero no tocante à cultura popular brasileira, objeto do seu mais alto respeito e por ele já segmentada conforme os grupos humanos que lhe davam origem, passos adiante do eurocentrismo predominante nos raros e parciais levantamentos anteriores. Tem-se afirmado, com razão, que antes do grande pesquisador sergipano pouco se conhecia da composição étnica do Brasil e nesse crédito incluem-se os seus esforços de resgate da cultura do povo negro, sobre a qual deixou memoráveis páginas de alerta, verdadeiros manifestos, conquanto nela não estivesse o forte do seu saber. Escrevendo em plena vigência da Escravidão, depois de render justiça aos portugueses na formação espiritual do Brasil, lembrou, mais uma vez em *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil* (1), o que aos descendentes dos africanos vinha sendo sonogado: "Entretanto, o autor destas linhas, sente-se com a mais completa isenção de espírito para fazer justiça a todos, e particularmente fará convergir os seus esforços para vingar o negro do esquecimento a que malevolamente o atiraram". Quando, na década de trinta do nosso século, apareceu *Casa-Grande & Senzala*, livro que é um marco no pensamento social brasileiro, palavras como estas ainda não haviam perdido o timbre de ousadia e a forte margem de risco em dizer.

O homem que em tal tópicó, como em muitos outros, legou evidência de extraordinária acuidade, não se eximiu, ele próprio, de uma pesada carga ideológica proveniente de Comte, Taine, mesmo Gobineau. Nele, como em muitos dos seus contemporâneos, acentuou-se a dramaticidade das idéias impróprias aplicadas a uma realidade mal conhecida. Ainda assim, foi talvez o que mais corajosamente soube anulá-las quando os fatos se fizeram eloquentes.

A afirmativa de Silvío Romero de que o mestiço era "o brasileiro por excelência" (2) representou avanço considerável. Mas deveria caber a Euclides da Cunha (1866-1909) ser testemunha pessoal desse mesmo mestiço em ação — por fatalidade em dimensões de tragédia coletiva — na chamada guerra de Canudos, que ensangüentou os sertões da Bahia de 1896 até o fim do ano seguinte. Se nesse episódio sócio-religioso, mais exatamente social, as etnias brasileiras tiveram — para usar a expressão corrente em ciência — uma "amostragem significativa", estando presentes o branco, o negro e o indígena, é certo que o personagem central, o mais copioso e interveniente, foi o mestiço, beneficiando-se também o grande escritor de ver acionar-se, em medida sem precedentes, outro fator de forte peso, o regionalismo nordestino, a "civilização" do mestiço; o mestiço que a ciência da época elegera objeto preferencial da degenerescência física, social e moral. Ele o fez, efetivamente, com a sua presença no campo de operações do bárbaro conflito, sua capacidade de observação fora do comum e, em seguida, com o incomparável estilo literário que atravessa essa lírica obra-prima de envergadura mundial que são *Os Sertões* (publ. 1902). Para Euclides da Cunha, como seria para toda a opinião pública brasileira, as forças sociais e étnicas em movimento em Canudos, o núcleo místico-comunitário dos seguidores de Antônio Conselheiro, não deixavam de ser uma surpresa, chocante surpresa. É que do subsolo do país aflorava ao sol da represália, nessa guerra que ainda não deixou de ser examinada em sentido crítico, a massa humana obscura e surda que se vinha forjando desde os tempos coloniais, e já no séc. XVII dera sinais de si, na ação coletiva contra (e a favor também, acrescentando-se) os holandeses alojados no Nordeste. Guerra que foi outro exemplo de como as elites brasileiras por vezes travam em catástrofe inimizade com o Brasil que lhes subjaz, modo de o conhecerem pela primeira vez.

Também no entender do autor de *Os Sertões*, o mestiço era um estigmatizado. Vê-lo, porém, como agente no choque de Canudos foi poderoso argumento em contrário e, invocando causas como a não-contaminação pelos hábitos do litoral, sente-se obrigado a abrir exceção ao sertanejo, que atingia os limites do impossível na rebelião mais social do que mística. O nítido daquele muro à percepção, a que nos referimos no início destas notas, resultou em Euclides mais fragoroso do que em qualquer dos seus contemporâneos. As páginas que deixou sobre o homem do sertão, mistura do branco e do indígena (minimizou mais do que devia o sangue negro nesse composto), permanecem sem iguais na literatura brasileira. Ao julgar Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha valeu-se da sentença que encontrou espalhada e consagrada pela imprensa e até em obras científicas, como as de Nina Rodrigues (3), tendo-o na conta de paranóico, degenerado intelectual, delirante. Sentença contra a qual, diga-se de passagem, algumas vozes se levantaram, — outra visão de todo o episódio e do místico que o animava, inclusive em relação ao seu confesso

monarquismo e anti-republicanismo.

A luta em Canudos era o sertão, a grande mancha territorial, cultural e demográfica por tanto tempo mantida à margem das correntes de civilização, que de maneira brutal tinha as suas portas escancaradas à percepção das elites. Outras portas, porém, estiveram cerradas. Também o conteúdo étnico e cultural do litoral brasileiro a duras penas chegava ao conhecimento do país, era diminuta a percepção da realidade africana do Brasil — uma das suas múltiplas realidades. A beira-mar estava concentrada a população negra de escravos e libertos (no fim do séc. XIX ainda em boa medida africana), cujos vigorosos traços culturais não haviam induzido os colonizadores a qualquer tipo de observação ou anotação mais extensa, circunscrita, onde houve, a parágrafos fragmentários, métrica a que por igual se ativeram os viajantes estrangeiros. Ao enigma do caboclo, ao enigma mesmo do português pobre de cultura não agrupada na dominante, acrescentava-se o do negro, nas várias etnias que chegaram ao Brasil e cujas nuances, sob a forma de sobrevivências, muito preocupam os etnógrafos e antropólogos contemporâneos; tudo isso não obstante a já antiga evidência do negro no plano político, graças à prolongada campanha da abolição da escravatura.

A primeira abordagem séria e ampla das culturas negras no Brasil se fez na Bahia, com o médico e cientista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) (4). Sua obra pode ser vista como um honesto deslocamento da Antropologia Física e da Criminologia rumo à Antropologia Cultural, viagem em que o cientista não conseguiu desonerar-se da bagagem de Lombroso, Maudsley, Tarde, Sighele, Le Bon — muito poderoso para isso, em verdade, o seu culto oitocentista à ciência. Em Nina, repete-se o mestiço como um condenado à degenerescência e a raça negra como inferior, daí serem menos patíveis à crítica atual os seus estudos de maior adensamento dessas idéias, como *As Coletividades Anormais*, ensaios publicados em 1939 (muitos dos seus trabalhos apareceram em livros anos após a sua morte), onde o próprio fenômeno de Canudos e Antônio Conselheiro, juntamente com outras convulsões da época, foram examinados à luz mais dura, abrandada somente quando o instrumental utilizado comprovava a sua completa impropriedade e o autor não via outra estrada senão atribuir ao "meio" ação determinante. Conhecendo muito bem o negro da Bahia através da sua atuação clínica e científica, depois como assíduo frequentador dos cultos religiosos de origem africana, Nina Rodrigues aproximou-se assim do imenso repositório cultural à sua volta, sendo ele próprio originário de outra "ilha" afro-brasileira principal, o hoje Estrado do Maranhão, museu de respeitáveis tradições daomeanas, encimada por S. Luís, uma das cidades mais portuguesas do Brasil. Em 1896 surge o seu trabalho *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Dos primeiros anos do nosso século datam os originais da matéria de *Os Africanos no Brasil*, recolhida em mais de uma década e só publicada definitivamente como livro em 1933, obra em que a simpatia muitas vezes transpõe o conciso e rigoroso estilo do autor, e é subjacente no longo esforço despendido no levantamento do volume de informações sobre os africanos na Bahia, suas religiões, idiomas, folclore e hábitos sociais. Informações até então inéditas e ainda em nossos dias fonte indispensável ao estudo do negro na velha cidade, no Brasil e nas Américas. É fora de dúvida que, adiante do acadêmico e seu formalismo, houve em Nina Rodrigues um homem que

nutria cálidos sentimentos em relação ao seu irmão negro, cujo mundo negavelmente o fascinava. As provas são abundantes, reforçadas por depoimentos de estudiosos, como o etnógrafo Edison Carneiro, bem distanciados do mestre maranhense em suas posições filosóficas e científicas. "Ele, — escreve Edison Carneiro —, que acordava alta noite, franzino, débil, para atender a um negro doente, a um pobre diabo qualquer de vela na mão; que arrostava o reacionarismo da sociedade de seu tempo correndo a *via sacra* dos candomblés da Bahia (...), era da mesma raça de estudiosos que tem dado tantos ensaístas ligados à massa popular" (5). E acumulam-se nas páginas do capítulo IV de *Os Africanos no Brasil*, onde fixou o seu testemunho pessoal do embarque, na Bahia, em 1897, de uma leva de velhos nagôs e hauçás, já libertos, que demandavam terras da África Ocidental, sua pátria. Nada houve, na literatura antropológica superveniente, que reproduzisse a grandeza humana desse capítulo dos seus começos.

A obra de Nina Rodrigues não gerou em seu tempo o que se pudesse chamar de uma escola baiana de Antropologia Cultural; foram múltiplas as suas preocupações científicas, abrangentes da Criminologia e Medicina Legal, áreas em que era sempre lembrado. Iria influenciar, contudo, e fornecer substancial contributo, a investigadores vindouros, como Artur Ramos, Edison Carneiro, na Bahia, e outros pelo país afora e no Exterior.

Em pleno desenvolvimento da carreira científica do autor de *Os Africanos no Brasil*, floresceu a figura em muitos pontos singular de Manuel Querino (1851-1923). A Querino não se tem a imputar qualquer saturação de teorias, era neste sentido o anti-acadêmico, revelando-se, por outra parte, homem profundamente enraizado em seu solo cultural, perfeito "baiano" na sua sensibilidade e formação, abertas a todos os conhecimentos que dissessem respeito à sua terra, das artes à História; em seu digno porte estão bem claras as tintas daquilo que o romancista Jorge Amado, seu admirador, chamou de "civilização" mestiça da Bahia. Negro, de origem humilde, bom etnógrafo é o que foi, por sapiência, vocação e intuição, desaparelhado ainda assim de técnicas e métodos pontuais, falha que não chegou a comprometer a substância da sua obra.

De inestimável riqueza o registro que Manuel Querino deixou dos costumes afro-brasileiros, que se estende das praxes religiosas às atividades lúdicas da população, de um forma pela qual se sente a difusão desses mesmos costumes na cidade, na conformação da sua cultura muito especial, que circunstâncias adversas ainda não conseguiram de todo nivelar. Vinculado a instituições baianas como o Instituto Geográfico e Histórico, Querino publicou na década inicial do século o essencial da sua obra etnográfica: *A Raça Africana e os Seus Costumes na Bahia* (1916), *A Bahia de Ostrora* (1916) *O Candomblé de Caboclo* (1919). *A Arte Culinária na Bahia*, bom documento no gênero, foi impresso em 1928, após a sua morte. Consciente dos valores do seu povo negro, teve marcante atuação política em sua defesa e do seu papel na sociedade brasileira, conforme se vê no ensaio *O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira* (1918).

Graduado na velha Faculdade de Medicina da Bahia, onde o trabalho de Nina Rodrigues em Medicina Legal foi sempre objeto de veneração, o médico Artur Ramos (1903-49) encontrou na Antropologia Cultural a sua verdadeira vocação; deve-se-lhe, em grande parte, o reconhecimento dos méritos de antropólogo cultural do falecido cientista, cuja obra tudo fez por difundir. Contribuiu Artur Ramos para o excepcional interesse que os

estudos do negro iria desfrutar, na década de trinta, em muitos centros do país, mas na realidade remontaram a meados dos anos de vinte as suas primeiras investigações pessoais, que se desenvolveram no rico universo local, assim como noutras Estados do Nordeste e no Rio de Janeiro. Sob a inspiração de Nina, de cuja cátedra médico-legal se tornou assistente, sendo titular o Prof. Estácio de Lima, também estudioso do negro, e valendo-se amplamente das informações do patrono, o jovem investigador cedo passou à estruturação teórica da sua obra (onde a Psicanálise deixou marcas, felizmente sob controle), que compreende, entre outros, os seguintes livros: *O Negro Brasileiro*, *O Folclore Negro do Brasil*, *As Culturas Negras do Novo Mundo*, *Introdução à Antropologia Brasileira* (publicados em 1934, 1935, 1937, o último, em dois volumes, em 1943 e 1947). A breve carreira de Artur Ramos coincidiu com uma fase de intensas atividades em ciências sociais nas escolas superiores do Brasil, cujas portas lhe estiveram abertas e que transpôs para ajudar a dignificar, em suas salas, os temas da cultura do homem negro. Carreira brilhante, cujo prematuro final encontraria o filho do pequeno Estado nordestino das Alagoas, baiano por vivência e simpatia como Nina Rodrigues, no posto de diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO.

Creemos que na fase por assim dizer "clássica" dos estudos do negro na Bahia é obrigatória a menção que se fez desses três escritores, mais a de Edison Carneiro (1912-1972), autor de algumas obras consagradas como *Candomblés da Bahia* (publ. 1948), a primeira a pretender uma ordenada descrição dos cultos de origem africana em sua fenomenologia baiana. Entre a História, o Folclore e a Etnografia dividiu esse investigador, nascido na cidade da Bahia (Querino era do Recôncavo, filho de Santo Amaro da Purificação), as suas preocupações e a sua nitidez de visão, sendo de mencionar-se, na última daquelas esferas, onde melhor se exercitou, os seus livros *Religiões Negras* (publ. 1936), *Negro Bantos* (1937), *Ladinos e Crioulos* (1964), bibliografia que se enriquece com artigos e ensaios esparsos. E de notar-se que, tanto quanto Nina Rodrigues e Manuel Querino, — ainda mais profundamente do que os seus predecessores, — Edison Carneiro explorou o mundo do negro adiante das suas manifestações religiosas, até atingir um território de folclore cujas marcas e balizas são imprecisas, não se sabendo onde começa e onde termina o que veio da África, da Europa e do próprio ameríndio; onde deixam de existir o africano e o europeu, e ganha precisão o brasileiro. Ponto de confluência de todos os canais de uma jovem cultura nacional, a que não podiam deixar de chegar, se examinavam a fundo um dos seus lastros essenciais, o do homem de cor.

Já se referiu, linhas atrás, que a década de trinta viu a ascensão dos estudos do negro a um nível sem precedentes. Vezes isto ocorreu por meio de eventos fora do ordinário, como os dois congressos afro-brasileiros a que se fará alusão logo mais, vezes mediante o aparecimento de livros de grande importância, nos moldes de *Casa-Grande & Senzala*, do pernambucano Gilberto Freyre, publicado em 1933 e de ressonância internacional. Onde essa brilhante análise das raízes do Brasil influiu sobre o papel do negro na sociedade brasileira? Fê-lo de várias maneiras, mas sobretudo na quase informal enunciação, *em passants*, muito ao modo do autor, de um sem-número de teses de poderosa verdade, convergindo a maioria delas para a acolhida do negro como componente igualitário do complexo

nacional. A massa de verdades. Ditas à face de uma sociedade ainda com arraigadas convicções eurocentristas e laivos até de arianismo. Nesse entretempo, também em Recife eram conhecidas as investigações de campo de Ulysses Pernambuco sobre os cultos religiosos ali existentes. Em 1934, era o próprio Gilberto Freyre que se punha à frente da realização do I Congresso Afro-Brasileiro, o do Recife, dois anos depois Edison Carneiro, com um punhado de colaboradores, promovia o segundo, o da Bahia. Um e outro receberam o apoio e atraíram as atenções de estudiosos que vinham aruando isoladamente no Brasil, e também do Exterior. O alcance político desses conclave foi sensível, notadamente no item da liberdade para o exercício dos cultos religiosos, vítimas de violenta repressão, liberdade que não se logrou de pronto, contudo, e que adviria a passos lentos nos três ou quatro decênios vindouros.

No crepúsculo da década, em 1938, chegava ao Brasil o sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) e a sua aruação em São Paulo, onde estruturou o Curso de Ciências Sociais da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, unidade universitária, teria prolongados e ainda não extintos reflexos no Brasil inteiro. Bastide se ofereceu de coração ao estudo do negro brasileiro, como investigador e estimulador, e esta parte da sua obra se incorporaria ao patrimônio, de grande peso, legado por outros estrangeiros que, a partir dos anos de trinta até o pós-guerra, convergiam as suas atenções para o Brasil, entre os quais Melville J. Herskovits, Charles Wagley, Donald Pierson, Ruth Landes, Pierre Verger, este ainda hoje em plena produtividade, depois de ter escrito trabalhos clássicos, como *Flux et reflux de la traite des nègres entre la Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII au XVIII siècles* (publ. 1968). Muitos desses estudiosos tiveram a África — que lhes era possível atingir — como o outro polo de trabalho para o bom manuseio da matéria brasileira, sonho que o pioneiro Nina Rodrigues não chegou a concretizar. E estimularam os seus colegas brasileiros a seguir-lhes o exemplo, aqui e lá, o que só se tornaria menos inviável no estádio de institucionalização dos estudos do negro nos quadros das universidades, fontes quase exclusivas dos recursos indispensáveis a esse fim, num país de recursos limitados como o Brasil. Difícil estimar quanto fizeram em favor da percepção da realidade brasileira do negro por aspectos: seu lugar no panorama sociológico do Brasil moderno; noções mais precisas da geografia dos cultos religiosos, suas práticas e peculiaridades regionais; anotação meticulosa da mitologia e seu cotejo com as matrizes de além-mar; as sobrevivências brasileiras na costa ocidental da África vistas de perto e bem registradas; e muito mais.

O primeiro passo para a institucionalização dos estudos do negro brasileiro nas universidades, mediante a criação de um organismo com dinâmica superior à das simples cátedras e disciplinas, ocorreu na então Universidade da Bahia, quando em 1939 Georges Agostinho da Silva, o ilustre humanista português, na ocasião residindo no Brasil, deu corpo à idéia de um Centro de Estudos Afro-Orientais. Ao fundador deste Centro, parecia ser bem a Bahia o sítio para a existência de uma entidade do gênero, tendo-se em vista a sua posição histórica no intercâmbio Ocidente-África-Oriente e a sua condição de comunidade ao mesmo tempo negra e de junção de culturas. Desde cedo, efetivamente, o Centro de Estudos Afro-Orientais voltou-se para a África, onde estabeleceria alguns dos primeiros leitorados universitários de cultura brasileira, notadamente na

Nigéria e no Senegal, sem que isto fizesse diminuir, no projeto original, a atenção as investigações em torno das sobrevivências africanas no campo baiano. Projeto de longo alcance, cuja liquidez não vem ao caso examinar aqui e que tem estado, como seria de prever-se, à aragem da mais variada gama de fatores interferentes, em sua posição de primeiro. Nos vinte anos decorridos desde a sua fundação, é certo, porém, que este Centro de Estudos tem a seu crédito uma localização muito própria no intercâmbio brasileiro com países da África, a manutenção regular de um programa de publicações especializadas, em que sobreleva a revista *Afro-Ásia* (a primeira da sua natureza editada na América Latina), cujo número inicial se publicou em 1965, a manutenção de cursos cabíveis na sua proposta de existência, o projeto de um Museu Afro-Brasileiro ora em execução, convite a docentes estrangeiros, principalmente de universidades africanas, para ministrarem cursos de suas especializações. Pesquisas se têm produzido no seu âmbito, e do rol dos seus investigadores, docentes e colaboradores, convergentes para a instituição e com ela comprometidos nas gradações de forma geradas pela vida orgânica possível, lembrem-se Waldir Freitas Oliveira, Pierre Verger, Guilherme de Souza Castro, Marli Geralda Teixeira, e mais recentemente Ralph C. Waddey, Gilberto Sena, Antônio Vieira. Nesses mesmos matizes de vinculação, desenvolveu-se relevante trabalho nos campos da Antropologia, Etnografia e Linguística, em mais de um ponto honrosamente seqüente dos mestres baianos do passado, enfeitado principalmente nas obras de Vivaldo da Costa Lima (*A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagô da Bahia: um Estudo de Relações Intragrupais*, 1977), Iêda Pessoa de Castro (*De l'intégration des apports africains dans les parleurs de Bahia au Brésil*, 1976), Júlio Santana Braga (*Le jeu de 'búzios' dans le candomblé de Bahia; étude de la divination dans les cultes afro-brésiliens*, 1977). Há nesses três investigadores algo que os associa ao mesmo tempo aos "clássicos" baianos (a fidelidade à cultura da terra) e aos seus sucessores de outras procedências. Aproximar-se da realidade por "aspectos" parece tendência comum a todos eles, naqueles e noutros trabalhos de sua autoria, seja das estruturas comunitárias mais profundas no primeiro, da matéria linguística no segundo, dos processos divinatórios e sua mitologia própria no último. O escrupuloso acato ao dado não-bibliográfico, de cessão humana, que lhes chega às mãos, é outro atributo de todos.

Não houve, infelizmente, após a fundação na Bahia do Centro de Estudos Afro-Orientais, na desejada freqüência, a reprodução do seu programa básico noutras universidades brasileiras, ressalvada a criação do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, ambos de intensa e eficiente ação contemporânea, tanto nas suas áreas-sede como no estrangeiro, já instituições consolidadas e organicamente aloçadas. Tentativas outras vêm sendo feitas e é de acreditar-se que em breve bem mais extensa será a relação desses núcleos especializados, caso as universidades onde se anunciam venham a afinar-se pelo crescente interesse público (e governamental) em torno dos problemas do negro brasileiro e da África. Interesse de que é reflexo direto o surgimento recente, em quase todo o país, de grupos de estudos independentes, que congregam de um lado pessoas versadas, e do outro jovens há pouco atraídos pelo assunto, quase sempre negros.



É fora de questão, pois, que se aguçe o sentimento da realidade africana do Brasil, de fato já realidade brasileira de fundamentos africanos; a popularização de tudo o que lhe diz respeito atesta-o largamente, seja na imprensa, nos meios universitários, seja na criatividade artística ou onde quer que os olhos demorem, peculiaridade das mais dignas de nota entre as inquietações hodiernas dos grandes centros urbanos, notadamente os de densa presença negra. Longe está, porém, de ser universalmente admitida, havendo compartimentos da vida intelectual em que a sanção ainda não ocorreu. Para uma boa compreensão do que se afirma, não é necessário senão examinar os compêndios de História do Brasil, sem exclusão dos permitidos no ensino oficial e de outros considerados de mais alto plano, perante os quais o quinhão do negro quase sempre se cinge a convencionais informações sobre o tráfico de escravos e as lutas abolicionistas, com uma visão nem sempre correta daquelas em que o próprio negro foi o principal agente. É a História, precisamente, um dos domínios onde a percepção da realidade africana do Brasil se apresenta como tarefa de urgência, sem esquecer outras de natureza antropológica e etnográfica apenas conduzidas a meio-caminho, a exemplo do estabelecimento de um mapa satisfatório dos "enclaves" étnicos e culturais disseminados, de maneira às vezes surpreendente, do Norte ao Sul brasileiros, vestígios de antigos quilombos, assim como o estudo dos traços culturais das etnias africanas, conforme a sua ainda não muito bem esclarecida predominância, nas latitudes do país.

Tarefas parciais, mas de cumprimento indispensável para a compreensão de uma realidade global, a brasileira, cada vez mais reconhecida como longe de qualquer singeleza, em cujo recinto o problema mesmo do indígena vem ganhando escala imprevista — o indígena que, apenas algumas décadas atrás, era visto como simples cadáver cultural. Se fez notórios avanços desde o último quartel do século passado, é bem claro que o conhecimento do homem brasileiro apenas começou. Espera-se que prossiga sem os erros metodológicos daqueles que o encetaram e sem resistência e incompreensões de quem o torna possível.

Bahia, 20 de outubro de 1980.

#### SUMMARY

It has not been easy to reach a correct comprehension of the ethnic problems of Brasil, mainly the blackman role in brazilian society. This is the sence of present work that, through a historical analysis, makes a short exposition of the evolution of the studies about blackmen since the XIX<sup>th</sup> century till nowadays. In this picture the author emphasizes the importance of scientist and students as Nina Rodrigues, Manuel Querino, Artur Ramos e Edison Carneiro.

At the end of present essay, the author focalizes the efforts to the introduction of studies about the culture of african origin in brazilian Universities in which Bahia was a pioneer with the creation of the Center of Afro-Oriental Studies of the Federal University of Bahia.

#### RÉSUMÉ

Il n'est pas sans vaincre des difficultés qui ont accompli une compréhension correcte des problèmes ethniques au Brésil, particulièrement du rôle du noir à la société brésilienne. Tel est le sens du présent travail que, par le moyen d'une analyse historique, fait une courte exposition de l'évolution des études sur le noir dès le XIX<sup>ème</sup> siècle jusqu'aujourd'hui. Dans ce cadre l'auteur relève l'importance de scientifiques et studieux comme Nina Rodrigues, Manuel Querino,

Artur Ramos et Edison Carneiro.

A la fin du présent essai, l'auteur localise les efforts pour introduire les études sur la culture d'origine africaine dans les Universités brésiliennes, en quoi Bahia a été pionnier avec la création du Centre d'Etudes Afro-Orientaux de l'Université Fédérale de Bahia.